

# XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano  
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Araraquara-SP - Brasil

---

COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DAS COMUNIDADES LIMITANTES À MADEIREIRA  
PRECIOUS WOOD AMAZON

**Débora Ramos Santiago** (Universidade de Brasília) - deborasantiago12@gmail.com

*Doutoranda em Economia na Universidade de Brasília (Economia Agrícola e Meio Ambiente). Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa da Amazônia. Economista e Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM).*

## **Comunidades Tradicionais da Amazônia: Desafios para o desenvolvimento endógeno das comunidades limitantes à Madeireira *Precious Wood Amazon***

**Débora Ramos Santiago<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O desenvolvimento endógeno costuma abordar fundamentalmente os aspectos locacionais de cada comunidade tradicional, buscando valorizar o potencial existente no território, possibilitando novas estratégias de desenvolvimento com o intuito de aumentar o bem-estar e gerar externalidades positivas para toda a região. No caso das comunidades adjacentes à área de manejo da *Precious Wood Amazon (PWA)*, este tipo de desenvolvimento está condicionado às atividades dessa empresa, a qual opera com o selo verde, buscando alternativas para mitigar e compensar os danos causados. Este estudo objetiva apresentar os desafios socioeconômicos e ambientais para a promoção do desenvolvimento endógeno dessas comunidades tradicionais, evidenciando a contribuição da *PWA* neste processo. Os dados utilizados são resultantes do Levantamento socioeconômico e ambiental realizado nessas comunidades nos meses de agosto a dezembro de 2012. Os resultados revelaram as precárias condições socioeconômicas relacionadas à habitação, saneamento, educação, emprego e renda nestas comunidades. Quanto aos aspectos ambientais, verificou-se que estas áreas apresentam características ecossistêmicas diferenciadas espacialmente, o que modifica toda a sua dinâmica produtiva. A agricultura familiar mostrou-se importante fonte de renda, mas necessita de investimento e auxílio técnico, o que também ocorre com a pesca e o extrativismo. A *PWA* exerce significativa influência na promoção do desenvolvimento endógeno dessas comunidades, através de diversas ações socioambientais as quais fomentam o seu desenvolvimento. Muitos são os desafios existentes para a promoção do desenvolvimento endógeno nessas comunidades, sendo de extrema importância a compreensão das especificidades dessas áreas periféricas do interior da Amazônia para que se proponham políticas públicas eficazes.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento endógeno, comunidades tradicionais, *Precious Wood Amazon*.

### **Abstract**

Endogenous development is often fundamentally address the locational aspects of each traditional community, seeking to enhance the existing potential in the territory, allowing new development strategies in order to increase the well-being and generate positive externalities for the whole region. In the case of communities adjacent to the management area of *Precious Wood Amazon (PWA)*, this type of development is subject to the activities of the company, which operates with the Green Seal, seeking alternatives to mitigate and compensate for the damage caused. This study aims to present the socioeconomic and

---

<sup>1</sup> Doutoranda do curso de Economia na Universidade de Brasília. Linha de Pesquisa: Economia Agrícola e Meio Ambiente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas. Eixo Temático: SAT-10-CONFLITOS AMBIENTAIS.

environmental challenges in the promotion of endogenous development of these traditional communities, highlighting the contribution of the PWA in this process. The data used are the result of socioeconomic and environmental survey conducted in these communities from August to December 2012. The results revealed the precarious socioeconomic conditions related to housing, sanitation, education, employment and income in these communities. As for the environmental aspects, it was found that they have different spatial characteristics ecosystem, which changes throughout the production dynamics. Family farming was an important source of income, but needs investment and technical assistance, which also occurs with fishing and the extraction. The PWA has significant influence in the promotion of endogenous development of these communities, through various environmental initiatives which foster their development. Many are the challenges for the promotion of endogenous development in the communities, it is extremely important to understand the specific needs of these peripheral areas in the Amazon in order to suggest effective public policies.

**Keywords:** Endogenous development, traditional communities, Precious Wood Amazon.

## **1. Introdução**

O desenvolvimento endógeno costuma ser considerado como primordial para as comunidades tradicionais, pois é construído essencialmente sobre os recursos disponíveis localmente, tais como, as potencialidades ambientais, a força de trabalho, o conhecimento tradicional e os modelos locais de modo a articular todo o processo produtivo (Long & Ploeg, 1994).

Nas últimas décadas do século XX, observou-se entre os países um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas aos processos produtivos, quanto aos meios e recursos utilizados neste processo.

Esse fenômeno ocorreu simultaneamente ao movimento de articulação econômica (abertura comercial, aumento do volume e circulação mundial do capital, etc), de modo que a organização territorial deixou de ter um papel passivo para ter um papel ativo diante da organização industrial (FILHO, 2001)

De acordo com Barquero (2000) a década de 1980 marcou o surgimento do paradigma do desenvolvimento endógeno, devido a necessidade de encontrar uma noção de desenvolvimento que compreendesse os efeitos da atuação pública na evolução das localidades e regiões atrasadas.

Essa forma endógena de desenvolvimento, não se restringe apenas a uma região ou local, mas abrange a endogenização da poupança, do excedente, da

expansão do conhecimento, inovações tecnológicas, crescimento da produtividade dos fatores e por fim, exerce significativa influência em toda dinâmica econômica de uma nação (FILHO, 1996)

O desenvolvimento endógeno pode dar uma nova dinâmica aos recursos locais os quais poderiam ter se tornado supérfluos, o que possibilita um impacto positivo sobre as perspectivas locais. Entretanto, tal desenvolvimento depende de uma série de fatores, tais como, os vínculos entre a localidade, o mercado e as políticas locais (Ploeg&Saccomandi, 1995; Guzmán, *et al.*, 2000).

No caso do desenvolvimento endógeno das comunidades tradicionais localizadas no interior da Amazônia, este encontra-se condicionado a uma série de fatores externos. Isso se deve ao fato de que muitas destas áreas comunitárias foram vendidas pelo Estado para grandes empresas, as quais exercerem suas atividades produtivas e conseqüentemente modificam toda a dinâmica produtiva local, limitando drasticamente o seu desenvolvimento endógeno.

Esse fenômeno da venda de terras pelo governo às empresas privadas é definido juridicamente como “Regime de Manejo Florestal Sustentável”, regulado pela Lei No 4.771 de 1965, a qual determina que a exploração de florestas tanto de domínio público quanto privado dependerá da prévia aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFD) pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Esse Plano contém diretrizes e procedimentos para a administração da floresta, visando a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais. Sendo este regime o que predomina no Brasil.<sup>2</sup>

Nesta perspectiva, a empresa multinacional *Precious Woods Amazon* (PWA), a qual corresponde a uma corporação empresarial de capital aberto, listada na bolsa de valores de Zurique-Suíça, comprou do Estado uma parcela de terras

---

<sup>2</sup>A política de concessão de terras é relativamente recente iniciando-se 2006, ano em que o governo passou a conceder às empresas e as comunidades o direito de manejar florestas públicas, extrair madeira, produtos não madeireiros e oferecer serviços de turismo. Em contrapartida, os concessionários deveriam pagar ao governo quantias que variam em função da proposta apresentada durante o processo de licitação.

Amazônicas, resguardada pela referida lei No 4.771 de 1965, com o objetivo de desenvolver as suas atividades de manejo florestal sustentável.

A PWA apresenta-se como uma ferramenta importante para a promoção do desenvolvimento local, pois realiza desde 1994, atividades de manejo florestal com baixo impacto ambiental<sup>3</sup>, sendo ela a primeira a receber o selo verde, *Forest Stewardship Council (FSC)*, na Amazônia, através de rigorosos padrões aplicados pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA)<sup>4</sup>.

Obter essa certificação significa que o manejo da empresa é ambientalmente correto, que ela possui uma relação justa entre os funcionários e as comunidades adjacentes à sua área de influência e que ela é economicamente viável.

Entretanto, mesmo com todo esse compromisso social e garantia de um manejo economicamente correto e socialmente viável, a existência de conflitos entre a empresa e os comunitários é um fenômeno comum, pois mesmo com as ações mitigadoras, a empresa exerce impacto sobre o meio ambiente e consequentemente sobre as populações tradicionais dessas áreas.

Arruda (2011) destaca que esses empreendimentos localizados no interior da Amazônia afetam toda a estrutura produtiva das comunidades tradicionais. Por isso a existência de uma série de conflitos entre esses agentes. As empresas devem buscar portanto alternativas para mitigar esses impactos e compensar esses grupos populacionais afetados, tanto direta como indiretamente, pelas suas atividades.

Estudos dessa natureza são de grande importância, pois fornecem subsídios para a formulação de políticas socioeconômicas e ambientais, possibilitando identificar as reais demandas existentes nas comunidades tradicionais e contribuindo significativamente para o desenvolvimento endógeno dessas áreas isoladas Amazônicas.

---

<sup>3</sup>As atividades de manejo florestal são realizadas em um sistema policíclico, Celos, cuja colheita florestal é de baixo impacto, com base na regeneração natural da floresta, garantindo colheitas futuras, feita em períodos em Unidades de Produção Anual (UPA). A empresa só voltará a colher a madeira na UPA 35 anos após a exploração

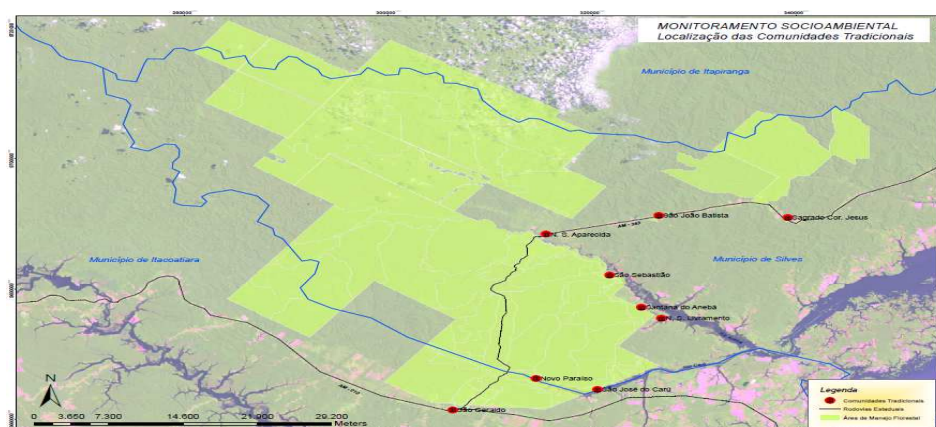
<sup>4</sup>O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) representa uma das instituições do FSC no Brasil e realiza anualmente a auditoria de certificação e de monitoramento.

Esse estudo buscou evidenciar os desafios socioeconômicos e ambientais para a promoção do desenvolvimento endógeno das comunidades tradicionais limitantes a PWA, visando a compreensão da sua relação, como empresa certificada, na promoção desse desenvolvimento

Os dados utilizados neste artigo são resultantes do Levantamento socioeconômico e ambiental realizado nestas comunidades, nos meses de agosto a dezembro de 2012, através de uma parceria entre a Universidade do Estado do Amazonas e a empresa PWA.

Ao todo foram investigadas nove comunidades tradicionais, localizadas no município de Silves/AM, ao longo do rio Anebé e estrada AM 363, e no município de Itacoatiara/AM, ao longo do Rio Carú e estrada AM 010 (Figura 1).

Figura 1 – Comunidades abrangidas na Pesquisa



Fonte: PWA, 2012

As informações levantadas foram obtidas por meio da aplicação de questionários domiciliares e individuais, cujos quesitos abordaram tanto as características socioeconômicas das famílias, quanto às questões socioambientais que dizem respeito às atividades que elas realizam em seus lotes, assim como os impactos causados nessas atividades, antes e depois do início da prática do manejo da PWA.

Neste estudo, só foram analisadas sete das nove comunidades citadas na Figura 1, pois não conseguiu-se obter na pesquisa uma amostra representativa das Comunidades Santana do Anebé e São Sebastião, as quais apresentavam-se praticamente abandonadas, devido à forte estiagem que enfrentavam nesta

época<sup>5</sup>.Desse modo, neste estudo foram analisados 223 domicílios, abrangendo 261 famílias e 946 comunitários residentes nessas áreas.

### 3. Resultados e análises

#### 3.1.Caracterização geral das comunidades

As Comunidades analisadas localizam-se nos municípios de Silves e Itacoatiara no interior do Estado do Amazonas, em torno da área de manejo da PWA e apresentam características ecossistêmicas diferenciadas.

Observou-se que as comunidades N.S Aparecida, São João Batista, Sagrado coração de Jesus e São Geraldo localizam-se em áreas com ecossistemas de terra firme<sup>6</sup>, ao longo das estradas AM 363 e AM 010. Enquanto que as de N.S Livramento, S. J. Carú e Novo Paraíso concentram-se em áreas de várzea<sup>7</sup>, ao longo dos Rios Anebá e Carú (Figura2).

Figura 2. Ecossistemas de várzea e terra firme.



Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012.

Outro aspecto verificado quanto a localização das comunidades é a sua proximidade geográfica com as áreas de manejo da PWA, sendo que a maior parte delas localizam-se tanto parcialmente (38%), quanto totalmente dentro (27%) das áreas da empresa ou são limitantes com as mesmas (23%), o que revela a forte relação entre elas, de modo que apenas 11% dos entrevistados declarou que suas terras estão totalmente fora das áreas da PWA.

<sup>5</sup> Essa forte estiagem fez os comunitários residentes nessas comunidades citadas, deslocarem-se com suas famílias para as cidades mais próximas, com o intuito de fugir da precária situação causada por esse fenômeno natural.

<sup>6</sup> Araújo *et. al.* (1986) descreve essas áreas de terra firme como sendo aquelas constituídas por um ecossistema de maior expressividade, complexidade e diversidade de espécies, tendo densa floresta, cujas árvores são bastante elevadas.

<sup>7</sup> As áreas de várzea possuem vegetação localizada ao longo dos rios e das planícies inundáveis, apresentando menor diversidade do que na terra firme, de modo que as espécies que ela abriga são adaptadas às suas condições hidrológicas (Kalliola, *et al.*, 1993).

### *Condições de habitação*

As condições de habitação revelaram-se essencialmente semelhantes nas comunidades analisadas. A maioria dos entrevistados declarou morar em casas (94%), constituídas de paredes de madeira rústica do tipo tábua (81%), piso de madeira (68%) e com cobertura de telha do tipo amianto/Brasilit (74%), sendo que cerca de 40% dessas casas apresentavam apenas 1 cômodo (Figura 3).

Figura 3- Condições de habitação



Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012

### *Situação fundiária*

A maior parte dos comunitários declararam ser posseiros de suas terras (74%) e não possuem nenhum documento que garanta legalmente a apropriação de sua propriedade. Apenas 14% responderam ter autorização de ocupação, ou seja, o cadastro do INCRA.

### *Saneamento*

As características de saneamento mostraram-se precárias entre as comunidades analisadas. No quesito situação sanitária, cerca de 76% dos entrevistados declararam possuir privadas externas cobertas em seus domicílios, demonstrando preocupação com a saúde em seus lares. Mas ainda observou-se significativa presença de domicílios com privadas inapropriadas (24%), ou seja, externas descobertas, localizadas em rios/igarapés, ou em outro sistema dessa natureza.

No que diz respeito à origem da água consumida, cerca de 65% dos comunitários declararam utilizar água de poço/cacimba e 31% respondeu consumir a água de rios e igarapés, sendo que em muitos desses casos, revelaram



ser essa mesma fonte de água usada como sanitário. Sobretudo, 78% declarou tratar da água com cloro. Mas ainda verificou-se que 32% deles, não utilizavam nenhum tipo de tratamento para a água consumida.

No quesito lixo, quase todos os comunitários (90%) declarou queimá-lo e enterrá-lo, descrevendo essa prática como uma alternativa para a ausência do serviço de coleta de lixo por caminhões nessas comunidades.

#### *Acesso à energia elétrica*

O acesso à energia elétrica mostrou-se predominante nos domicílios analisados, alcançando cerca de 83% dos lares dos entrevistados. Este fenômeno está associado a universalização do programa “Luz para todos”<sup>8</sup>, que alcançou até as áreas rurais mais isoladas do país. Entretanto, verificou-se ainda um percentual de 17% dos comunitários sem energia elétrica em seus domicílios.

### **3.2. Perfil socioeconômico dos comunitários**

#### *Estrutura da população*

Em geral cerca de 70% da população dessas comunidades encontram-se em idades potencialmente ativas (15 a 64), enquanto que a população considerada inativa (0 a 14) e (65 ou mais) corresponde a pouco mais de 30% da população total das comunidades analisadas (Gráfico 2). Este fenômeno revela o baixo grau de dependência nessas áreas, uma vez que a sua população produtiva supera a dependente.

#### *Acesso ao registro civil*

O acesso ao registro civil alcançou quase todos os comunitários entrevistados (96%), sendo este um dado positivo, considerando a sua importância para assegurar seus direitos de cidadãos.

---

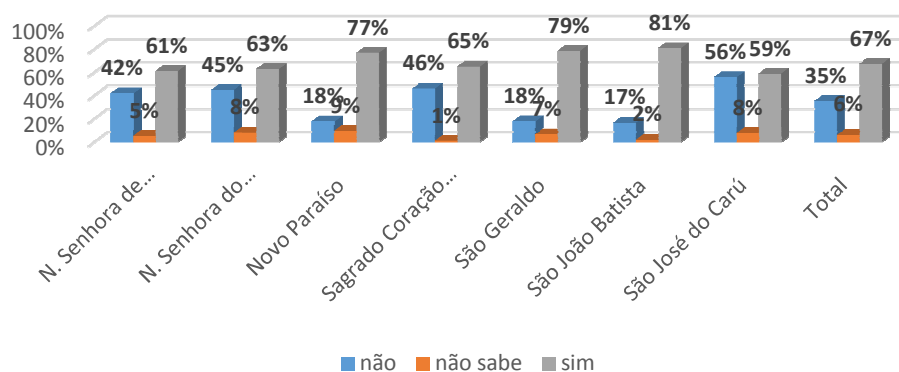
<sup>8</sup>O programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 e prorrogado pelo Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, trouxe essa universalização do serviço público de energia elétrica no País, alcançando as áreas mais isoladas e promovendo uma verdadeira revolução no meio rural brasileiro (CARVALHO, *et. al.* 2009).

## Educação

As comunidades analisadas apresentaram significativas lacunas educacionais. Embora mais da metade dos comunitários tenham declarado alfabetizados (67%), ainda encontrou-se 35% de analfabetos. O Gráfico 1 revela que o maior percentual de analfabetos encontra-se nas comunidades S.J. Carú (56%), Sagrado Coração de Jesus (46%), N. S. do Livramento (45%) e N. S. Aparecida (42%).

A mesma tendência foi verificada no quesito frequência a escolas, onde identificou-se que apenas 35% dos comunitários costumam frequentá-las, sendo que a maioria (64%) declarou cursar o ensino fundamental e somente 16% cursam o ensino médio. Não foi encontrado nenhum comunitário cursando o ensino superior.

Gráfico 1 – Comunitários alfabetizados.



Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012

Para os comunitários que já frequentaram escolas, a maior parte deles parou de estudar no ensino fundamental (32%), tendo cursado apenas até a primeira série, de modo que o número médio de estudos corresponde a apenas 2 anos. Estes dados revelam que a média de anos de estudos<sup>9</sup> entre os comunitários é inferior à média nacional que é de 5,7 anos (IBGE, 2010).

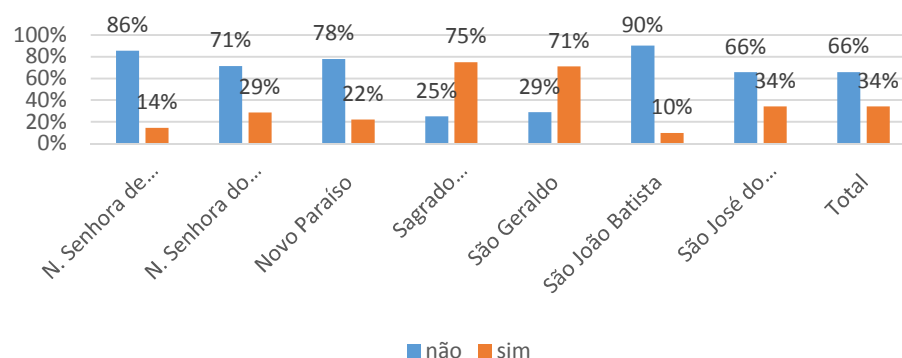
<sup>9</sup>Anos de estudo refere-se ao período estabelecido em função da série e do grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação (Censo Demográfico, PNAD, 1991, 1992, 1993 e 1995).

Além disso, somente 23% dos entrevistados declarou ter estudado até o ensino médio, sendo praticamente nulo o acesso ao curso superior (1%). Esses dados revelam as carências educacionais presentes nessas comunidades, que necessitam de políticas públicas para melhorar tais lacunas.

### *Trabalho*

A incidência de trabalho remunerado só alcança 34% dos comunitários, sendo que a maior parte destes casos encontra-se nas comunidades Sagrado Coração de Jesus e São Geraldo. No restante predomina-se o trabalho não remunerado. Essa situação é ainda mais crítica em São João Batista e N.S Aparecida onde apenas 10% e 14% deles declarou receber remuneração por seu trabalho (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Trabalho remunerado entre as comunidades



Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012

Entre os comunitários que declararam possuir trabalho remunerado cerca de 66% responderam ter carteira assinada, entretanto verificou-se 33% de trabalhadores sem acesso a carteira de trabalho, dado preocupante, pois revela o acentuado trabalho precário nessas áreas.

Considerando o local de trabalho, foi verificado que apenas 13% dos comunitários trabalham na PWA. A maior parte deles costuma trabalhar em outros locais, tais como: empresas locais, prefeitura, sítios próximos, frigoríficos, escolas, etc. Esse fato revela a baixa relação da empresa como potencial geradora de empregos na comunidade, contrariando um dos seus princípios como empresa certificada.

Outro fenômeno importante relacionado ao trabalho dos comunitários é a utilização dos recursos obtidos em seus lotes para a sua subsistência, sendo a agricultura familiar uma importante fonte de renda para 49% dos entrevistados, os quais contam com o trabalho de toda a unidade familiar nesta atividade produtiva. A farinha de mandioca destaca-se como o principal produto desenvolvido em suas terras, cuja produção costuma ser comercializada nas cidades próximas, gerando renda para a população local (Figura 4).

Figura 4 - Agricultura familiar: Produção da farinha



Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012

Nesta perspectiva Ellis (2000) e Abramovay (1992) enfatizam a importância da agricultura familiar, a qual não é apenas uma simples alternativa de subsistência, ou um modo de vida nas comunidades, mas uma profissão que contribui significativamente para a conservação ambiental e para promoção do desenvolvimento local.

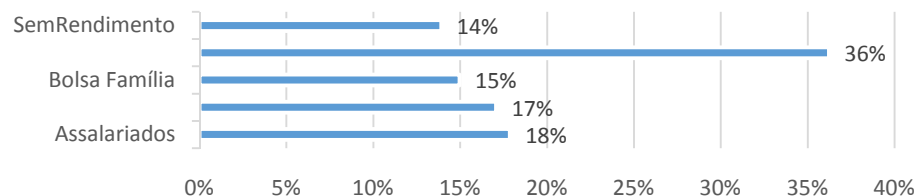
Além da agricultura familiar, cerca de 31% dos comunitários declarou sustentar-se do trabalho em seus lotes: criações de animais, hortas, caça e pesca praticada. Apenas 11% deles declarou não desenvolver nenhuma atividade produtiva em suas terras.

### *Renda*

A principal fonte da renda dos comunitários provém do trabalho não assalariado (36%), demonstrando a predominância do trabalho informal nessas áreas. A renda oriunda do trabalho assalariado, da aposentadoria e da bolsa família correspondem a apenas 18%, 17% e 15% respectivamente. É válido destacar a presença de 14% de chefes de famílias que declararam não ter

rendimento algum, nesses casos estes sobreviviam apenas da produção a nível de subsistência em seus lotes (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Composição da renda dos chefes de família

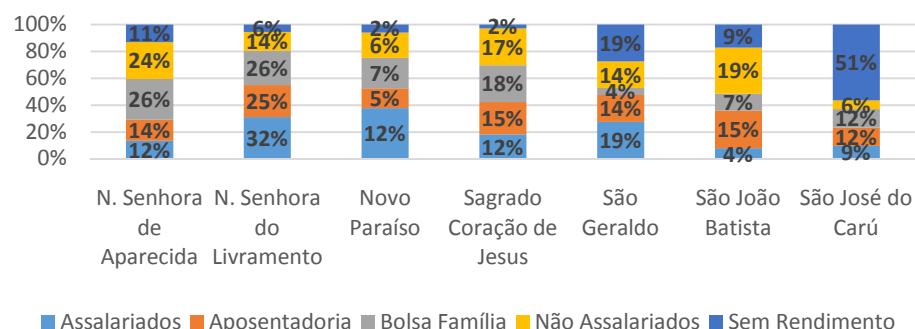


Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012

O maior índice de trabalhadores assalariados, foi encontrado nas comunidades N.S. do Livramento (32%) e em São Geraldo (19%). Em contrapartida, a maior incidência de trabalhadores não assalariados foi vista em N. S Aparecida (24%), São João Batista (19%) e Sagrado Coração de Jesus (17%). Já quanto ao acesso a aposentadoria, a comunidade N. S Aparecida foi a que apresentou os mais elevados percentuais (25%), enquanto que em Novo Paraíso somente 5% declararam receber aposentadoria.

O acesso aos benefícios do programa Bolsa Família foram mais altos nas comunidades de N. S. Aparecida (26%) e N. S. Livramento (26%), enquanto que em São Geraldo e São João Batista os percentuais eram de apenas 4% e 7% respectivamente (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Tipos de rendimento por comunidade



Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012

Na análise sobre os níveis de renda, verificou-se que a maioria dos comunitários costuma receber apenas até 1 salário mínimo. Para aqueles que declararam receber menos de 1 salário mínimo, estes geralmente vivem do auxílio da Bolsa Família.

A mesma tendência é verificada para a aposentadoria, cujos valores recebidos são em maior parte inferiores a 1 salário mínimo, de modo que apenas 8% dos comunitários recebem acima de 1 salário mínimo e 9% recebem acima de 2 salários mínimos.

É válido destacar que para aqueles que recebem rendimento de trabalhos assalariados foi verificado um percentual significativo de rendimento superior a 1 salário mínimo (44%), revelando níveis de renda maiores àqueles oriundos do trabalho não assalariado.

Esses dados evidenciam o baixo nível de renda dessas comunidades e a necessidade de políticas direcionadas ao mercado de trabalho, que possam reduzir o trabalho precário nessas áreas.

### ***3.3 Perfil Socioambiental dos comunitários***

#### *Atividades produtivas praticadas em suas terras*

As atividades praticadas pelos comunitários em suas terras são fundamentais para a sua subsistência, uma vez que possibilita-os tirar o sustento da exploração das florestas, rios e igarapés que os cercam, por meio da caça, coleta e da pesca. Essas populações tradicionais apresentam significativo conhecimento, habilidade e respeito pelo meio ambiente e seus ciclos, tendo adquirido tais conhecimentos pela tradição herdada dos mais velhos.

Neste sentido Cultimar (2008) enfatiza que o manejo dos recursos naturais está diretamente ligado às regras, valores e conhecimentos que irão definir a forma como esses recursos serão utilizados, sendo esta a essência do desenvolvimento endógeno.

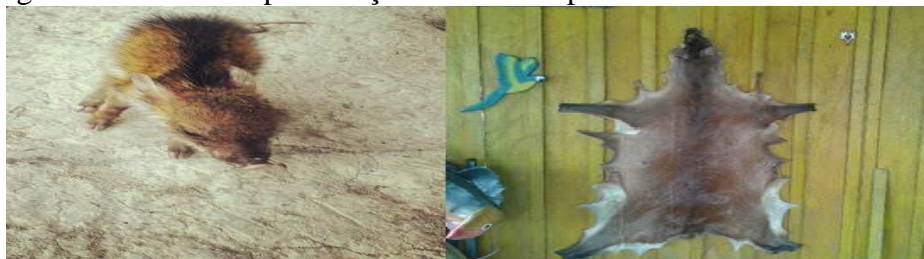
#### *Caça*

A caça representa para as comunidades tradicionais importante meio de sustento para suas populações, sendo que cerca de 47% dos entrevistados declararam praticá-la como meio de sustento de suas famílias.

A prática da caça revelou-se predominante nas comunidades localizadas em áreas com ecossistemas de terra firme, como em São Geraldo (75%) e São João Batista (67%), e em menor proporção nas comunidades localizadas em áreas de várzea como S.J. Carú(42%) e Novo Paraíso (47%). Segundo Jerozolinski e Peres (2003) as comunidades localizadas em terra firme costuma caçar mais, pois localizam-se distantes dos leitos de água, não tendo outra alternativa proteica de alimentação como nas de várzea, que podem consumir o peixe.

Entre as espécies caçadas, 92% dos comunitários declararam caçar as típicas da região: paca, cutia, porco espinho, veado, tatu, anta, etc. (Figura 9), com exceção dos macacos, os quais quase todos os entrevistados declararam evitar caça-los.

Figura 9 – Animais típicos caçados: Porco espinho e Veado



Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012

Cerca de 52% dos entrevistados declararam que realizam mensalmente a caça e 31% semanalmente, praticando em grande parte dentro (36%) e próximo (34%) à área de manejo da PWA. Apenas 29% dos entrevistados responderam caçar fora da área da PWA.

Para 49% dos comunitários entrevistados a presença da empresa PWA não alterou a prática da caça, mas para 38% deles piorou, revelando o impacto negativo causado na caça para subsistência.

### *Extrativismo*

A prática do extrativismo nas comunidades tradicionais está arraigada a cultura e a tradição local, cujos produtos são utilizados como fonte de alimentação e geram de renda para as famílias (Souza, 2006).

O extrativismo alcança cerca de 38% dos comunitários, que o praticam tanto para o consumo próprio quanto para o comércio, complementando assim a sua renda familiar. Essa prática mostrou-se maior em São Geraldo (82%) e Sagrado Coração de Jesus (59%), ambas localizados em terra firme.

As principais espécies extraídas são a castanha e o tucumã, frutos comuns nessas áreas, mas a frequência de extração ocorre em maior parte anualmente (42%) e mensalmente (36%), pois esses produtos florestais costumam ser encontrados apenas em determinadas épocas do ano, o que limita o desenvolvimento dessa prática (Figura 6).

Figura 6 – Extração do tucumã



Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012.

Para 75% dos comunitários, o extrativismo quase não foi afetado pelo manejo empresa, entretanto ainda foi verificado um percentual de 19% que declararam que essa atividade piorou com a presença da empresa, cujo desmatamento limitou tal prática.

### *Pesca*

A pesca é considerada tradicionalmente como uma importante fonte de subsistência e de renda das comunidades amazônicas, pois a região é detentora de uma das maiores diversidades ictiológicas do mundo (Castro, 2000). Neste contexto, observou-se que a pesca é praticada por mais da metade dos



comunitários(59%), concentrando-se nas comunidades localizadas em áreas de várzea(Figura 7), como em Novo Paraíso (79%) e São José do Carú (71%). .

A maioria dos comunitários (48%) costumam praticar a pesca semanalmente, sendo utilizada não apenas para o consumo, mas também para a comercialização, cujo pescado costuma ser vendido diretamente aos feirantes.

Quanto ao seguro defeso<sup>10</sup>, somente 32% dos comunitários declarou recebe-lo, enquanto mais da metade (68%) não receberam nenhum auxílio para não pescar na época da reprodução das espécies.

No que se refere a participação em associações de pescadores, quase inexistente nas comunidades analisadas, somente 15% declararam participar de alguma.Em relação ao impacto das atividades da PWA na prática da pesca, para 73% dos entrevistados, não houve alteração alguma.

#### *Participação em associações comunitárias e acesso a financiamentos*

A participação em associações comunitárias alcança mais da metade dos comunitários (64%), sendo que 51% destes declarou ter obtido melhorias na sua produção decorrentes dessa participação. Mas para 49% nada alterou com a participação.

O acesso ao financiamento bancário para o desenvolvimento das atividades produtivas revelou-se bastante reduzido, apenas 30% dos comunitários foram beneficiados e entre eles, somente um terço respondeu ter tido êxito com os recursos obtidos. Para o restante, a produção só foi satisfatória inicialmente e/ou não alcançaram êxito algum e em consequência disso, a maior parte dos comunitários que adquiriram o empréstimo ainda está pagando por ele.

### **3.4. Relação das comunidades com a PWA**

#### *Opinião dos comunitários sobre a PWA*

---

<sup>10</sup>Seguro Defeso é uma política que visa proteger as espécies e ao mesmo tempo garante renda aos pescadores, de modo que estes ficam impedidos de pescar durante a reprodução das espécies, recebendo nesse período um seguro mensal, na quantia de um salário mínimo (Ministério da pesca e da agricultura)

Conforme foi enfatizado anteriormente, a *PWA* como empresa certificada possui um compromisso social com as comunidades localizadas em torno da sua área de manejo, executando para isso uma série de programas sociais de geração de renda, emprego e educação ambiental (*PWA*, 2013).

Esse compromisso social da *PWA* é visto com bons olhos pela maioria dos comunitários, pois 58% deles a consideraram a uma boa empresa, somente 18% declararam que ela é regular e 24% disseram não ter opinião nenhuma sobre a empresa.

Entretanto quando foi perguntado aos comunitários se eles foram beneficiados por alguma ação desenvolvida pela empresa, apenas 37% respondeu que sim. O quadro 1 evidencia essas principais ações citadas pelos comunitários e os seus benefícios.

Quadro 1 – Principais ações realizadas pela *PWA* e seus benefícios.

| <b>Principais ações desenvolvidas pela PWA</b>                            | <b>Benefícios para a comunidade</b>   |
|---|---|
| Abertura do Ramal de acesso a BR 363 (Figura 6) em N. S. Livramento.      | Acabou com o isolamento da Comunidade, facilitando atividades produtivas e comerciais.  |
| Abertura de ruas nas comunidades e construção de campos de futebol.       | Modernizou e urbanizou as comunidades.  |
| Fornecimento de Empregos na PWA   | Trouxe novas alternativas de renda para a população   |
| Fornecimento de madeiras para a construção de casas nas comunidades       | Permitiu acesso a moradias àqueles que não tinham aonde morar   |
| Ofereceu cursos profissionalizantes aos comunitários                      | Auxiliou na qualificação profissional dos comunitários  |
| Proveu equipamentos para a construção da casa da farinha nas comunidades, | Fomentou a agricultura familiar com a intensificação da produção da farinha, um dos produtos mais comercializados nessas áreas. |
| Construção de Centros Comunitários  | Permitiu a integração entre eles e o planejamento para o seu desenvolvimento  |

Fonte: Santiago, *et. al.*, 2012

Quanto aos comunitários que declararam não ter sido beneficiados pelas ações da *PWA*, foram verificadas críticas direcionadas a postura da empresa em relação a população local. Entre as principais críticas destacam-se:

- Prometeram empregar os comunitários, mas a maioria dos funcionários da *PWA* não pertencem às comunidades.
- A velocidade dos caminhões da *PWA* que transportam a madeira extraída, coloca em risco a vida da população que vive ao longo das estradas.

- A abertura de ramais para a extração da madeira afugenta a fauna, prejudicando a caça e outras atividades produtivas em suas terras
- A empresa faz muitas promessas, mas não as cumpre, pois não há uma comunicação direta entre empresa/comunidade,

#### **4. Considerações finais**

As informações levantadas neste estudo revelaram que as comunidades tradicionais localizadas em torno da área de manejo da *PWA* apresentam características socioeconômicas semelhantes em seu interior, mas ao mesmo tempo bastantes precárias, o que pôde ser observado na análise de seus indicadores relacionados as condições de habitação, situação fundiária, saneamento, educação, emprego, renda, etc.

Esse fenômeno dificulta o desenvolvimento endógeno dessas comunidades, sendo um grande desafio para a sua promoção, havendo a necessidade de acesso a condições sociais dignas e qualidade de vida, que estimulem a criatividade humana e as aspirações coletivas, além da ampliação da justiça social e de melhores condições educacionais (Furtado, 2004).

Quanto as características socioambientais das comunidades, estas apresentaram disparidades relacionadas as suas potencialidades, pois possuem ecossistemas diferenciados. Esse fenômeno modifica toda a dinâmica produtiva dessas áreas, de modo que, enquanto nas comunidades localizadas em áreas de Várzea identificou-se um maior potencial em atividades pesqueiras, nas de terra firme a caça mostrou-se mais intensa, como importante fonte de subsistência.

Quanto a relação da *PWA* com as comunidades tradicionais que as cercam, esta mostrou-se positiva, tendo em vista que a maioria dos comunitários consideram-na uma boa empresa. Porém quando se perguntou se eles receberam algum benefício em sua comunidade, as respostas foram divergentes, revelando que mais da metade dos entrevistados declarou nunca ter sido beneficiado pela empresa.

Vários são os desafios socioeconômicos e ambientais existentes nessas comunidades, sendo significativa a presença da *PWA* para a promoção do

desenvolvimento endógeno, uma vez que ela atua diretamente na melhoria da qualidade de vida das comunidades localizadas em seu entorno. Entretanto a sua atuação não substitui e nem deve ser confundida com a do Estado. Pois as ações da empresa são respostas às suas atividades predatórias ao meio ambiente.

É necessário a cooperação de todos os agentes, atores locais, instituições e governo para a promoção do desenvolvimento endógeno nas comunidades tradicionais, pois cada um deles constituem peças fundamentais na definição, execução e controle do desenvolvimento.

As instituições e o governo são portanto, os agentes financiadores desse processo, criando vantagens locacionais, competitividade, infra-estruturabásica e serviços de financiamento, que podem auxiliar definitivamente no desenvolvimento endógeno dessas áreas (Barquero, 2000)

## **Referências**

- Abramovay, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1992.
- Araújo, A. P.; Jordy Filho, S.; Fonseca, W. N. A vegetação da Amazônia brasileira. Belém. Anais. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1986.
- Barquero, V. Desarrollo endógeno y globalización. Revista Latino Americana de estudios urbanos regionales. Dez, XXVI, número 79. PontíficaUniversidad Católica de Chile. Santiago, 2000.
- Barquero, V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- Beatty, W. Natureza e finalidade da educação comunitária. In: HENRY, Nelson B. (Coord.). Educação comunitária: princípios e práticas colhidos na experiência através do mundo. Tradução de Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Globo. Anuário da Sociedade Nacional para o Estudo da Educação, 1965.
- Braga, T. M. Desenvolvimento Local Endógeno. Entre a competitividade e a cidadania. R. B. Estudos Urbanos Populacionais. N.5, 2002.
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei 4.771 de 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm). Acesso: jun. 2013.
- Borba, M. La Marginalid como potencial para laconstrucción de otroDesarrollo: El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Universidad de Córdoba, 2002.
- Borba, M. et. al. Desenvolvimento endógeno como estratégia para sustentabilidade das áreas marginais 2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc>. Acesso em: fev. de 2014.

Carvalho, A. Luz para todos. Um marco histórico: Dez milhões de brasileiros saíram da escuridão. Ministério das Minas e Energia, 2006. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/downloads>. Acesso em: dez. 2013.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Registro civil de nascimento. Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br>. Acesso em: jan. de 2014.

CULTIMAR - Recursos naturais na vida caçara. Curitiba: Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <http://cultimar.org.br/site/conserva%C3%A7%C3%A3o/recursos-naturais-da-vida-caicara.html>. Acesso em: març. 2014.

Ellis, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of development studies*, London, v. 35, n. 1, 1998.

Filho, J. A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local. In: Planejamento e políticas públicas. Nº 23, jun. 2001.

Filho, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez, 1996.

Furtado, C. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 96, 2004. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22Os%20desafios%20da%20nova%20gera%C3%A7%C3%A3o%22>. Acesso em: maio 2014.

Jerozolinski, A. Peres, C. Bringing home the biggest bacon: a cross-site analysis of the structure of hunter-kill profiles in Neotropical forests. *Biological Conservation*. v. 11. 2003.

Long, N. Ploeg, J. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (org) Rethinking social development: theory, research and practice. Essex: Longman Scientific and Technical, 1994.

Oliveira, G.; Lima, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: Considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista Fae*, Curitiba v. 6 n. 2. Maio/Dez, 2003.

Ploeg, J.; Saccomandi, V. On impact of endogenous development in agriculture. In: van der PLOEG, J.; Van D. (org.). Beyond modernization. The impact of endogenous development. Assen: Van Gorcum, 1995.

PWA – Precious Wood Amazon. Departamento Socioambiental. Mapeamento das comunidades rurais sob a área de influência da PWA. Precious Wood Amazon. Itacoatiara, 2012

PWA – Precious Wood Amazon. Resumo Público. Manejo Florestal. Precious Wood Amazon. Itacoatiara, AM, 2013. Disponível em: <http://www.potencial.inf.br/>. Acesso: fev. 2014.

Souza, I. Cadeia produtiva de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) no Estado de Mato Grosso. UFMT. Dissertação de Mestrado. Campo Grande/MS, 2006.

Santiago, D.; Ambrosio, D.; Freitas, R.; Souza, M. Levantamento socioeconômico e ambiental das comunidades localizadas em torno da área de manejo da Precious Wood Amazon. Departamento Socioambiental da PWA. Gerência de Sustentabilidade. PWA, Itacoatiara, 2012.

Peres, C. Effects of subsistence hunting on vertebrate community structure in Amazonian Forests. *Conservation Biology*, v. 14, 2000.

Wong, L.; Carvalho, J. O rápido processo de envelhecimento da população do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. V. 23. Vol 1. Jan. a Jun. São

Paulo, 2006.  
Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010230982006000100002&scri  
pt=sciarttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010230982006000100002&script=sciarttext). Acesso: março. 2014.